



# Anais da Assembléia

N.º 115

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 27 DE SETEMBRO DE 1979

ANO V

## 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

### ATA DA 109ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 27 DE SETEMBRO DE 1979

(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Senhores Deputados Domício Scaramella e João Elísio.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Chierigate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer, Wilson Fortes (57); achando-se ausente, em missão cultural, o Senhor Deputado Ezequias Losso.

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

### Mensagens:

MENSAGEM 116/79

Curitiba, 25 de setembro de 1979.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva alterar a organização administrativa da Fundação Educacional do Estado do Paraná - FUNDEPAR, pessoa jurídica de direito privado, com sede e foro na Capital do Estado, e vinculada à Secretaria de Estado da Educação.

Os elevados objetivos e o grande interesse público de que é revestida a medida ora submetida a essa augusta Casa de Leis, estão contidos, com o necessário detalhamento, na inclusa cópia autêntica da Exposição de Motivos apresentada pelo Secretário da Educação.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA — Governador do Estado.

### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — A Fundação Educacional do Estado do Paraná FUNDEPAR, pessoa jurídica de direito privado, com sede e foro na cidade de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, vinculada à Secretaria de Estado da Educação, tem por finalidade incentivar e amparar o desenvolvimento e difusão das atividades educacionais em todo o território estadual.

§ 1.º — Dentro desse objetivo, a FUNDEPAR atuará como instrumento de captação de recursos, e sua aplicação em projetos de interesse educacional, constituindo-se em instituição de apoio às atividades compreendidas nas áreas de ação da Secretaria de Estado da Educação.

§ 2.º — No cumprimento de suas finalidades, a FUNDEPAR poderá celebrar acordos e convênios com entidades públicas e particulares, e empregar outros meios compatíveis com sua natureza de função, inclusive realizando operações à conta de seu patrimônio, cujos resultados serão aplicados em projetos educacionais.

Art. 2.º — A FUNDEPAR terá prazo de duração indeterminado, gozará de autonomia administrativa e financeira, e reger-se-á de conformidade com seu Estatuto, aprovado por Decreto do Poder Executivo.

Art. 3.º — A estrutura básica de direção da FUNDEPAR, compreende os seguintes órgãos:

I — Conselho de Administração;

II — Diretoria.

Art. 4.º — Observado o disposto no art. 95, da Lei n.º 6.636, de 29 de novembro de 1974, o Conselho de Administração é o órgão superior de formulação da política de ação da entidade, de acompanhamento de sua execução, análise do desempenho no cumprimento de suas finalidades e objetivos institucionais, sendo composto pelos seguintes membros:

I — O Secretário de Estado da Educação, como seu Presidente;

II — O Secretário de Estado das Finanças;

III — O Diretor-Superintendente;

IV — Seis membros, dentre os quais um representante da Secretaria de Estado do Planejamento, indicado pelo respectivo Titular e os demais pelo Secretário de Estado da Educação, nomeados pelo Governador do Estado para mandato de 03 (três) anos, permitida recondução por apenas uma vez.

§ 1.º — O Diretor-Superintendente integra o Conselho de Administração como seu Secretário Executivo, cumprindo-lhe, nesta condição, implantar as decisões e deliberações do colegiado.

§ 2.º — Os membros referidos nos incisos I, II e III, são considerados natos e serão substituídos em suas ausências e impedimentos pelos seus substitutos legais.

Art. 5.º — Ao Conselho de Administração competem, no que couber, as atribuições de que trata o Art. 96, da Lei n.º 6.636, de 29/11/74, e as que lhe forem atribuídas pelo Estatuto.

Parágrafo único — O Conselho de Administração promoverá o controle econômico e financeiro e a orientação técnica da FUNDEPAR, na forma da legislação vigente.

Art. 6.º — A Diretoria será constituída pelos seguintes membros indicados pelo Secretário de Estado da Educação e nomeados pelo Governador do Estado:

I — Diretor Superintendente;

II — Diretor Administrativo.

Art. 7.º — Ao Diretor Superintendente compete a representação jurídica da FUNDEPAR e a coordenação superior das atividades da Fundação no interesse da educação em todos os setores.

§ 1.º — O Diretor Superintendente será substituído em suas ausências e impedimentos pelo Diretor Administrativo.

§ 2.º — Na hipótese de impedimento do Diretor Superintendente ser superior a 30 (trinta) dias, o Diretor Administrativo, por sua vez, será substituído por funcionário da FUN-

DEPAR, que será designado pelo Conselho de Administração.

Art. 8.º — Ao Diretor-Administrativo compete a coordenação geral das atividades da FUNDEPAR, especialmente aquelas relacionadas com despesas, receita, patrimônio, pessoal e material, bem como assinar em conjunto com o Diretor-Superintendente, documentos de interesse da fundação.

Art. 9.º — O patrimônio da FUNDEPAR será constituído:

a) — do acervo de bens móveis e imóveis, atualmente ocupados, administrados e que já vêm sendo utilizados pela FUNDEPAR;

b) — do acervo patrimonial do Fundo Estadual de Ensino;

c) — dos saldos do exercício anual;

d) — de outros bens ou recursos que lhe sejam doados, destinados ou que vier a adquirir.

Art. 10 — Constituirão receitas da FUNDEPAR:

a) — dotações consignadas no orçamento do Estado ou de outras entidades públicas;

b) — as receitas eventuais e o produto da alienação de bens móveis e imóveis;

c) — doações, legados, auxílios, constituições e subvenções de entidades públicas, de pessoas físicas ou jurídicas;

d) — receitas provenientes de contratos, acordos e convênios que vierem a ser celebrados com entidades públicas ou privadas, nacionais e estrangeiras, para a realização de trabalhos afetos às suas finalidades;

e) — o produto da arrecadação da quota estadual do Salário-Educação consignado no Orçamento do Estado;

f) — outros recursos, de origem interna e externa, de entidades públicas ou privadas, nacionais e estrangeiras, inclusive operações de crédito.

Parágrafo único — A manutenção e expansão dos serviços e atividades da FUNDEPAR será assegurada por dotação específica consignada anualmente no Orçamento do Estado.

Art. 11 — O patrimônio, a renda e os serviços da FUNDEPAR ficam isentos de impostos, relativamente à Fazenda Estadual.

Art. 12 — Determinada por Lei, a extinção da FUNDEPAR, seu patrimônio, apurado em processo de liquidação, reverterá ao Estado do Paraná.

Art. 13 — A FUNDEPAR prestará contas ao Tribunal de Contas do Estado, na forma regulamentar.

Art. 14 — O regime jurídico do pessoal da FUNDEPAR, será o da Legislação Trabalhista.

Parágrafo único — Os servidores da administração estadual poderão ser colocados à disposição da FUNDEPAR, percebendo remuneração exclusivamente por uma das fontes, com todas as vantagens da lei.

Art. 15 — A remuneração dos membros da Diretoria será fixada anualmente pelo Conselho de Administração, em valores que não ultrapassem a dos Secretários de Estado.

Art. 16 — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas a Lei n.º 4.599, de 02 de julho de 1.962, e demais disposições em contrário.

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM 117/79

Curitiba, 25 de setembro de 1.979.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica da Resolução n.º 143/79, celebrada em 20 de agosto próximo passado, entre os Governos dos Estados do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina, alterando o convênio de 13 de julho de 1.966, celebrado entre os mesmos Governos, e que dispõe sobre a criação do Sistema CODESUL — BRDE.

O elevado interesse público na medida ora submetida a essa augusta Assembléia Legislativa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a proposição formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA — Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM 118/79

Curitiba, 25 de setembro de 1.979.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do termo de convênio celebrado em 07 de agosto próximo passado, entre o Estado do Paraná e o Município de PARANAVALI, objetivando a execução, na sede do referido município, de obras destinadas ao combate da erosão previstas no Plano Anual de Trabalho de 1.979, do PROGRAMA ESPECIAL DE CONTROLE DA EROSÃO DO SOLO URBANO NO NOROESTE DO PARANÁ.

O elevado interesse público na medida ora submetida a essa augusta Assembléia Legislativa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a proposição formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA — Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM 119/79

Curitiba, 25 de setembro de 1.979.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do convênio celebrado em 13 de agosto próximo passado, entre o Estado e o Município de MOREIRA SALLES, objetivando a execução na sede do referido município, de obras destinadas ao combate da erosão previstas no Plano Anual de Trabalho de 1.979, do PROGRAMA ESPECIAL DE CONSTROLE DA EROSÃO NO SOLO URBANO NO NOROESTE DO PARANÁ.

O elevado interesse público na aprovação da medida ora submetida a essa augusta Assembléia Legislativa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a proposição solicitada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA — Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM 120/79

Curitiba, 25 de setembro de 1.979.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do termo de convênio celebrado em 13 de agosto próximo passado, entre o Estado do Paraná, e o Município de PRESIDENTE CASTELO BRANCO, objetivando a execução, na sede do referido município, de obras destinadas ao combate da erosão previstas no Plano Anual de Trabalho de 1.979, do PROGRAMA ESPECIAL DE CONTROLE DA EROSÃO DO SOLO URBANO NO NOROESTE DO PARANÁ.

O elevado interesse público na medida ora submetida a essa augusta Assembléia Legislativa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a proposição formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA — Governador do Estado

Ao Departamento Legislativo

## MENSAGEM 121/79

Curitiba, 25 de setembro de 1.979.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do termo de convênio celebrado em 13 de agosto próximo passado, entre o Estado do Paraná e o Município de SÃO JOÃO DO CAIUÁ, objetivando a execução, na sede do referido município, de obras destinadas ao combate da erosão previstas no Plano Anual de Trabalho de 1.979, do PROGRAMA ESPECIAL DE CONTROLE DA EROSAO DO SOLO URBANO NO NOROESTE DO PARANÁ.

O elevado interesse público na medida ora submetida a essa augusta Assembléia Legislativa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA — Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

## MENSAGEM 122/79

Curitiba, 25 de setembro de 1.979.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do termo de convênio celebrado em 07 de agosto próximo passado, entre o Estado do Paraná e o Município de NOVA LONDRINA, objetivando a execução, na sede do referido município, de obras destinadas ao combate da erosão previstas no Plano Anual de Trabalho de 1.979, do PROGRAMA ESPECIAL DE CONTROLE DA EROSAO DO SOLO URBANO NO NOROESTE DO PARANÁ.

O elevado interesse público na medida ora submetida a essa augusta Assembléia Legislativa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a proposição formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA — Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

## MENSAGEM 123/79

Curitiba, 25 de setembro de 1.979.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do termo de convênio celebrado em 13 de agosto próximo passado, entre o Estado do Paraná e o Município de TUNEIRAS DO OESTE, objetivando a execução, na sede do referido município, de obras destinadas ao combate da erosão previstas no Plano Anual de Trabalho de 1.979, do PROGRAMA ESPECIAL DE CONTROLE DO SOLO URBANO DO NOROESTE DO PARANÁ.

O elevado interesse público na medida ora submetida a essa augusta Assembléia Legislativa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a proposição formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA — Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

## MENSAGEM 124/79

Curitiba, 25 de setembro de 1.979.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do termo de convênio celebrado em 07 de agosto próximo passado, entre o Estado do Paraná e o Município de ARARUNA, objetivando a execução, na sede do referido município, de obras destinadas ao combate da erosão previstas no Plano Anual de Trabalho de 1.979, do PROGRAMA ESPECIAL DE CONTROLE DA EROSAO DO SOLO URBANO NO NOROESTE DO PARANÁ.

O elevado interesse público na medida ora submetida a essa augusta Assembléia Legislativa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a proposição formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA — Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

## MENSAGEM 125/79

Curitiba, 25 de setembro de 1.979.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do termo de convênio celebrado em 07 de agosto próximo passado, entre o Estado do Paraná e o Município de CAMPO MOURÃO, objetivando a execução, na sede do referido município, de obras destinadas ao combate da erosão previstas no Plano Anual de Trabalho de 1.979, do PROGRAMA ESPECIAL DE CONTROLE DA EROSAO DO SOLO URBANO NO NOROESTE DO PARANÁ.

O elevado interesse público na medida ora submetida a essa augusta Assembléia Legislativa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a proposição formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA — Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

## MENSAGEM 127/79

Curitiba, 25 de setembro de 1979.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do convênio celebrado em 13 de agosto próximo passado, entre o Estado do Paraná e o Município de SANTO ANTÔNIO DE CAIUÁ, objetivando a execução, na sede do referido município, de obras destinadas ao combate da erosão previstas no Plano Anual de Trabalho de 1.979, do PROGRAMA ESPECIAL DE CONTROLE DA EROSAO DO SOLO URBANO NO NOROESTE DO PARANÁ.

O elevado interesse público na medida ora submetida a essa augusta Assembléia Legislativa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a proposição formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA — Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

## Requerimentos:

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o

Plenário desta Casa, que seja consignada na ata dos trabalhos um voto de aplauso ao Sr. Luiz Gonzaga Oliveira, pelo trabalho que vem desenvolvendo em prol do cultivo da mamona, na região de Campo Mourão.

Outrossim, solicita que da decisão dessa Casa, se dê ciência ao mesmo no seguinte endereço:

Luiz Gonzaga Oliveira

Av. Com. Norberto Marcondes, 1.523 - Cx. P. 265

87300 - CAMPO MOURÃO - PR.

Sala das Sessões, em 27 de setembro de 1.979.

(a) DARCY DEITOS.

#### JUSTIFICATIVA:

O trabalho constante e bem elaborado do Sr. Luiz Gonzaga Oliveira vem colaborando decisivamente na produção e comercialização da mamona, importante produto para gerar divisas para o nosso País, e, por esta razão outras autoridades já se pronunciaram a respeito, das quais citamos o Ministro das Minas e Energia, o Ministro da Agricultura, o Senador José Richa, o Senador Leite Chaves e outras autoridades.

É por esta razão que nós solicitamos esse voto de louvor, para que também esta Casa se pronuncie sobre esse importante assunto, conferindo a esse batalhador que é o Sr. Luiz Gonzaga Oliveira, esse merecido voto de louvor.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

Requeiro, na forma regimental, o adiamento da discussão e votação, por 03 (três) sessões para o Projeto de Lei n.º 38/78, constante da Ordem do Dia marcada para hoje.

Sala das Sessões, em 27 de setembro de 1.979.

(a) DAVID FEDERMANN.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja retirado da pauta de votação, por um período de 10 (dez) sessões, o Projeto de Lei n.º 94/79.

Sala das Sessões, em 27 de setembro de 1.979.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o envio de apelo as Suas Excelências, Sr. Governador do Estado, Secretário dos Recursos Humanos, Secretário do Planejamento e Secretário das Finanças do Estado, no sentido de estudarem com urgência e reformularem a situação salarial dos servidores públicos estaduais em geral, civis e militares, inativos e pensionistas, dando ensejo a melhores condições de vida aos mesmos.

Reavaliação dos cargos e funções, reajustando os salários frente ao índice inflacionário sempre crescente, independente do aumento anual, para todas as classes, desde o primeiro até o último nível.

Sala das Sessões, em 27 de setembro de 1.979.

(a) VALDUGA.

#### JUSTIFICATIVA:

Considerando que, dentre os servidores públicos estaduais em geral, civis e militares, inativos e pensionistas, alguns deles estão percebendo salários irrisórios, muitas vezes aquém do salário-mínimo legal, sujeitando viúvas e mesmo ex-servidores a situações angustiantes, o que se caracteriza em gritante injustiça, fato esse que se acumula por várias administrações, devendo tais fatos serem corrigidos por imperativo humanitário e legal.

#### REQUERIMENTO.

Sr. Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente à Cooperativa Regional do INCRA, solicitando que seja considerada a situação dos proprietários de áreas de terras que possuem escrituração quitada.

Sala das Sessões, em 27 de setembro de 1.979.

(a) GERNOTE KIRINUS.

#### JUSTIFICATIVA:

Entendemos que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA - deverá considerar a situação dos proprietários de áreas de terras que já possuem escritura das mesmas, para que sejam poupados de novo pagamento, isto em relação neste caso, às desapropriações que este Instituto vem promovendo na zona rural de Ponte Queimada, Linha Santa Cruz, Correia Porto e outras localidades no Município de Santa Helena, neste Estado.

Os proprietários de áreas de terras localizadas ao longo deste município, querem nada mais do que justiça, e entendemos que tal reivindicação deve ser atendida, pois não entendemos como uma medida acertada por parte do INCRA, cobrar novamente desses proprietários, pagamento para nova aquisição e mesmo por nova medição, igual ao que vem ocorrendo com os posseiros, já que os primeiros efetuaram anteriormente tais pagamentos, e agora tendo que efetuar tais despesas sem justificativa legal.

Assim agindo, o INCRA estará forçando que estes proprietários paguem duas vezes por um serviço já realizado e, portanto, já quitado.

Entendemos que tal medida seja justa, em relação à aquisição e/ou nova medição aos posseiros, pois, estes mantêm sobre o imóvel, o mesmo direito, mas os que já possuem escrituração, não podem, em nosso entendimento, pagar duas vezes pelo mesmo serviço.

Solicitamos à Coordenadoria do INCRA que leve este aspecto em consideração e se pronuncie a respeito, com urgência.

Anexamos a este requerimento, fotocópia de escrituração de áreas de terras nas várias localidades daquele município, bem como registro geral, justificando então, que estes proprietários virão novamente a pagar taxas em duplicata, quando tal medida em nosso entender não se justifica por ser uma iniciativa de interesse do Estado.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, usando de suas atribuições e atendendo as formalidades legais, REQUER o envio de expediente à EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS, solicitando a instalação de um Posto de Correio no Distrito de Santa Cruz, Município de Catanduvas.

O Distrito de Santa Cruz possui uma população superior a 6.000 habitantes, necessitando da prestação de serviços de um Posto de Correio, o mais rápido possível.

Este Deputado, requer também, o envio de correspondência aos Excelentíssimos Senhores Prefeitos Municipais e Presidente da Câmara de Vereadores de Catanduvas, comunicando o teor do presente.

Sala das Sessões, em 27 de setembro de 1.979.

(a) NELTON FRIEDRICH.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

Súmula: Requer o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Ney Aminthas de Barros Braga, DD. Governador do Estado, bem como ao Excelentíssimo Sr. Véspero Mendes,

DD. Secretário do Planejamento, sugerindo que seja consignado no Orçamento Geral do Estado do Paraná, dotação específica, que possibilite isentar as Entidades Assistenciais do Estado do Paraná do pagamento das taxas de água e da tarifa de energia elétrica.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário desta Casa, que se envie expediente às autoridades acima, solicitando que seja consignado no Orçamento Geral do Estado, dotação específica que possibilite isentar as Entidades Assistenciais de nosso Estado, da taxa de água e tarifa de energia elétrica.

Sala das Sessões, em 27 de setembro de 1.979.

(a) DARCY DEITOS.

#### JUSTIFICATIVA:

Todos sabemos das dificuldades porque passam as Instituições Assistenciais do nosso Estado, e sabemos mais, que muitas delas não conseguem manter o equilíbrio de sua balança financeira dado a procura das mesmas nos dias difíceis de hoje, e sendo assim, muitas vezes não conseguem pagar esses serviços que são indispensáveis à sobrevivência, daí nossa sugestão que se crie uma dotação orçamentária específica a qual seria repassada diretamente ao órgão de direito para cobrir as despesas constantes de consumo de água e energia elétrica.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja expedido um voto de aplauso às posições defendidas pelo Chanceler Saraiva Guerreiro, durante a abertura da 34a. Assembléia Geral da ONU, sobre as questões de identidade do Brasil com os Países do Terceiro Mundo e a luta comum do Hemisfério Sul por uma melhor posição no contexto mundial.

Sala das Sessões, em 27 de setembro de 1.979.

(a) DENI SCHWARTZ.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Ministro do Exterior, Dr. Saraiva Guerreiro, cópia da declaração feita pelo porta-voz, Bernardo Pericás, em nome daquele Ministério sobre a detenção, no Paraguai, do ex-Deputado Dr. Domingos Laino e cujos trechos foram publicados no "Jornal do Comércio", do Rio de Janeiro, de 21/09/79.

Sala das Sessões, em 27 de setembro de 1.979.

(a) DENI SCHWARTZ.

#### JUSTIFICATIVA:

1. O Sr. Domingos Laino foi preso sob alegação de que em declaração feitas no Brasil teria ofendido os Presidentes do Brasil e do Paraguai;

2. conforme informa o "Jornal do Comércio", o Sr. Bernardo Pericás, porta-voz do Ministério, teria afirmado que tal declaração não foi feita em território nacional;

3. o perfeito esclarecimento do caso é necessário face às denúncias feitas na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ofício ao Ilustríssimo Senhor DOUGLAS

SOUZA LUZ, Digníssimo Presidente da COPEL, reiterando pedido formulado para a implantação de energia elétrica na localidade de Ibiracema, situada no Município de Catanduvas, neste Estado.

Sala das Sessões, em 27 de setembro de 1.979.

(a) FIDELCINO TOLENTINO.

#### JUSTIFICATIVA:

Conforme já havíamos exposto em requerimento anterior à COPEL, a localidade de Ibiracema, situada no Município de Catanduvas, conta com mais de uma centena e meia de casas sem eletricidade e mais de quinze mil habitantes distribuídos entre a área urbana e o setor rural onde estão localizadas diversas serrarias.

A prosperidade do patrimônio de Ibiracema é reconhecido em toda a região oeste do Paraná e ali estão estabelecidos homens honrados e trabalhadores que há tanto tempo estão a implorar pela implantação de energia elétrica.

Segundo afirmam os moradores daquela localidade, em abaixo-assinado cuja cópia estamos juntando ao presente, o patrimônio de Ibiracema espera pela implantação da rede de energia elétrica já há mais de quatro anos.

A manifestação de parcela representativa daquela comunidade feita agora, de maneira expressa, neste abaixo-assinado, contendo centenas de assinaturas, bem demonstra a necessidade e ansiedade com que é esperado esse benefício.

Assim sendo, esperamos que desta feita a população de Ibiracema seja ouvida e possa contar, dentro em breve, com a tão desejada rede de energia elétrica.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ofício ao Ilustríssimo Senhor CORONEL ANDRÉ LUIZ DOS SANTOS, Digníssimo Diretor Regional dos Correios e Telégrafos, solicitando a criação de uma agência do correio em IBIRACEMA, Município de Catanduvas.

Sala das Sessões, em 27 de setembro de 1.979.

(a) FIDELCINO TOLENTINO.

#### JUSTIFICATIVA:

O Distrito de Ibiracema, situado no Município de Catanduvas, é um progressista povoado do oeste do Paraná, contando com aproximadamente 15.000 habitantes.

O desenvolvimento agrícola e industrial verificado naquela região é notório.

A necessidade da instalação de um posto do correio faz-se necessária, pois, a sede de Catanduvas dista 32 km de Ibiracema.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, na forma regimental, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhada solicitação ao Senhor Secretário dos Transportes, Engenheiro NIVALDO ALMEIDA, solicitando a construção de uma ponte sobre o Rio Tormenta, na ligação do Distrito de Três Barras, Município de Catanduvas, com o Distrito de Boa Vista da Aparecida, Município de Capitão Leônidas Marques.

Tal solicitação, visa atender os reclamos daquela laboriosa população.

Sala das Sessões, em 27 de setembro de 1.979.

(a) DAVID CHERIEGATE.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, na forma regimental, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhada solicitação ao Senhor Secretário da Cultura e Esportes, Sr. LUIZ RO-

BERTO SOARES, solicitando a construção de uma Cancha de Esportes para o Distrito de Ibema, Município de Catanduvas.

Tal solicitação visa atender a reivindicação da juventude daquele importante distrito.

Sala das Sessões, em 27 de setembro de 1.979.

(a) DAVID CHERIEGATE.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, na forma regimental, requer, após ouvido o Plenário, seja encaminhado solicitação ao Senhor Secretário da Cultura e Esportes, Sr., LUIZ ROBERTO SOARES, solicitando a construção de uma Cancha de Esportes para o Distrito de Três Barras, Município de Catanduvas.

Tal solicitação prende-se ao fato deste importante distrito contar com mais de 6.000 alunos e não possuir ainda uma cancha de esportes.

Sala das Sessões, em 27 de setembro de 1.979.

(a) DAVID CHERIEGATE.

#### PROJETO DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 144/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Mandaguáçu, o lote de terra n.º 26, da Quadra F, da Vila Alto da Glória, com área de 482,02 metros quadrados, que se destinava à construção do Fórum local.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27 de setembro de 1.979.

(a) BASÍLIO ZANUSSO.

#### JUSTIFICATIVA:

Justificamos a nossa pretensão no presente plano de lei, haver o Município de Mandaguáçu doado, para o mesmo fim, em local mais recomendável, os lotes números 20, 21 e 22, com área total de 1.800 metros quadrados, da Quadra 03, da Vila Franchello, tudo conforme as fotocópias em anexo ao presente.

Assim sendo, nada mais justo que se devolva ao município, o lote em questão, pois, deste modo a Prefeitura poderá dar-lhe outra destinação.

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**) — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Gabriel Manoel. (**Pausa**)

Ausente, concedo a palavra ao nobre Deputado Gernote Kirinus. (**Pausa**).

Ausente, concedo a palavra ao nobre Deputado José Domingos. (**Pausa**)

Ausente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, inscrito.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Os jornais de Curitiba, fazendo referência ao caso de Cascavel, denunciam que mais de vinte mil mandados de prisão, estão sem ser cumpridos aqui na Capital. E no meu fraco entender, Sr. Presidente, havia um chamamento da imprensa para o caso de Cascavel, especialmente, debitando ao problema de Cascavel, a uma falha da Polícia de Curitiba, sem querer trazer nenhuma novidade nem tão pouco, livrar de qualquer crítica a situação de Cascavel, tenho que vir à tribuna dizer que não é Cascavel que está com problemas, não só Cascavel, mas o Paraná inteiro vive em crise de segurança, e sobretudo, crise de segurança individual, fruto de um esquema de um governo que

está plantado aí, há mais de quatorze anos e isso é fruto de um processo político que está sendo feito de cabresto nesses últimos anos de ditadura. E na verdade, Sr. Presidente, não é por menos e aqui está o ponto central da minha vinda à tribuna. Não é possível que a sociedade hoje não tenha mais sossego porque é fruto de um componente social, a participação dos homens em cargo público, seja ele de mandatos eletivos, seja ele de investidura por concurso, ou em qualquer dos Poderes. E todos nós nos lembramos bem, Sr. Presidente, o jornal "Hoje" de Foz do Iguaçu, no mês de junho, já no cair da tarde do pequeno recesso recebeu esta Assembléia, através deste Deputado e de outros Deputados, da área Oeste do Paraná, uma grave denúncia, de um Juiz de Foz do Iguaçu, que teria apreendido toda a edição do jornal regional, "Hoje", ocasião em que se lançou um veemente protesto nesta Casa, baseado em que, Sr. Presidente? O Meretíssimo Juiz, que tem feito muitas alterações por este Paraná em várias comarcas por onde passou, achou por bem apreender a edição inteira do jornal "Hoje" de Foz do Iguaçu, porque trazia na capa, Sr. Presidente, uma fotografia, que ele, Juiz, entendeu ser comprometedora da moral pública, quando se vê em todas as revistas e periódicos, várias e inúmeras fotografias de pessoas de sexo feminino completamente sem roupa.

E o que é pior, Sr. Presidente, criou um grave problema financeiro para aquele jornal, e não faço aqui, a defesa do jornal, faço a defesa disso sim, é da justiça, do respeito e sobretudo, Sr. Presidente, porque nos cargos públicos de vários escalões, estão lotadas pessoas, sem o mínimo de condições para ali permanecer. E é exatamente neste ponto que faço um apelo ao Poder Judiciário, como de resto aos demais Poderes, para na investidura de pessoas que são os preservadores da ordem, da segurança, da paz pública e da tranquilidade social; que sejam pessoas com o mínimo de condições para assumir e para se investir de cargos desta natureza.

E agora pergunto, Sr. Presidente:— Quem é que vai pagar os danos causados pelo ato desse juiz e pergunto: por que? A Editôra Independente, perpetrou um mandado de segurança perante o Tribunal de Justiça. E houve por bem a egrégia 4a. Câmara Cível dar provimento, por unanimidade, e julgar procedente aquele "right" para conceder a medida liminarmente.

E para concluir, Sr. Presidente, através dos eminentes Desembargadores, Aran Machado, Jorge Andriguetto e Ronald Accioly. E é para cumprimentar o Tribunal de Justiça que vem fazer um reparo a uma injustiça clamorosa, a uma injustiça publicamente repudiada. E não poderíamos deixar passar, sem dar testemunho de que, ainda no Tribunal de Justiça há Juízes que têm alevantado, na sua mente, o alto grau de saber jurídico, colocando reparos em medidas arbitrárias, que são como que uma extensão do poder arbitrário que ainda perdura no nosso País.

Esta é, Sr. Presidente, a fala que tínhamos que fazer, em defesa da liberdade, da independência e sobretudo da imprensa.

Muito obrigado.— (**Sem revisão do orador**).

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**) — Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Nelson Friedrich, inscrito.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Pequenos e médios produtores estão prejudicados, com certeza, pelo leilão de milho importado. Os produtores de aves e suínos da região Oeste, e por certo de todo o Paraná, mais uma vez, estão subjugados a uma improvisação perigosa e que causará prejuízos evidentes aos pequenos e médios produtores. O desastre da política agrícola nos últimos anos levou nosso País, antigo produtor de expressão da cultura de milho, à condição de importador, fazendo com que para fazer frente à demanda nacional, o Governo acabe de comprar nos Estados Unidos, um milhão e meio de toneladas do produto.

E o pior surge quando a autoridade governamental decide entregar todo o produto importado à Bolsa de Cereais de São Paulo, onde se fará verdadeiro leilão do mesmo buscando-se com isso, que o produto atinja o preço do mercado, acabando inclusive, com o subsídio, onde ele existe.

É óbvio que a medida do Ministério da Agricultura traz preocupações aos suinocultores e avicultores, mas principalmente para os pequenos e médios produtores que terão difícil acesso a tão inconveniente pregão agrícola, além do término do subsídio, também de infeliz decisão na atualidade, quando todos sabemos que todos os agricultores de pequeno e médio portes estão descapitalizados e em dificuldades para o desenvolvimento de suas atividades. Não há dúvida, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que a sistemática anterior, ou até presentemente utilizada, é mais correta, pois os produtores recebiam por quotas proporcionais ao consumo mensal de cada criatório, adquiridas através de cadastro apresentado pelos produtores nas entidades de classe, onde por exemplo, só a Federação da Agricultura do Paraná, atendeu mais de três mil e quinhentos suinocultores, sem o menor problema, sem nenhuma complicação.

Se não for alterada a situação, praticamente toda a importação ficará à disposição dos grandes grupos, seja de criadores, seja de indústrias do setor de ração animal. E o fim do subsídio fatalmente complicará aqueles produtores que vinham sendo beneficiados pelo mesmo, pois o novo esquema de comercialização os colocará à mercê dos grandes consumidores junto à Bolsa de Cereais de São Paulo e a um preço de mercado, que esse conseqüente leilão trará.

Acresce mais, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o custo operacional também deverá ser levado em conta, pois a Bolsa de Cereais de São Paulo, cobrará cinco por cento a título de serviços, aumentando conseqüentemente ainda mais o valor a ser pago pelo produtor de aves e suínos que vai precisar adquirir esse milho importado.

Por isso, solicitamos ao Ministério da Agricultura, ao Secretário da Agricultura do Estado e à Comissão de Financiamento da Produção, através aqui no Paraná, do agente regional, Dr. Dúlio José de Paola, para que seja alterada a sistemática, retornando ao sistema anterior e para que não haja o encerramento do subsídio aos pequenos produtores, já tão prejudicados pelo modelo agrícola implantado no País.

É o pedido, Sr. Presidente, aliado ao mais veemente protesto pelo que está sendo anunciado e definido quanto à colocação no mercado do produto importado, via Bolsa de Cereais, via leilão.

Cabe fazer referência que esta Assembléia através de telex remetido ao Ministro Delfin Neto, a pedido de Sua Excelência o Presidente da Casa, pediu seja credenciada a CAFÉ DO PARANÁ para proceder a compra do milho junto à Bolsa de Cereais de São Paulo, para, posteriormente, repassá-lo aos pequenos suinocultores. No entanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, esta seria a medida, efetivamente dentro do atual quadro, mas o que precisa ser alterada é essa pretensa mudança na sistemática até hoje existente, que não criou problemas, e que era adequada e mais justa aos pequenos e médios produtores. Medida certa, correta e necessária é, efetivamente, fazer com os pequenos e médios avicultores e suinocultores, possam, pelo sistema até há pouco existente, receber o produto nessa hora em que a demanda nacional está a exigir a definição pela política de importação.

Porisso fica aqui, Sr. Presidente, Srs. Deputados, esse nosso pedido e, ao mesmo tempo, registrado o protesto, porque, definitivamente, está se repetindo o que nós estamos já quase cansados de dizer: todas as medidas, e os próprios mecanismos acionados na política agrícola do País, mais uma vez está aqui provado: buscam servir os grandes proprietários, ou os grandes consumidores, no caso, grandes consumidores e produtores ou

a própria indústria de ração animal.

Nosso protesto definitivo e veemente.

Obrigado, Sr. Presidente.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Gernote Kirinus, inscrito.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Está sobre a mesa um requerimento, pedido nosso de envio de ofício ao INCRA, para que considere aqueles lavradores que, em áreas outrora litigiosas, e agora desapropriadas, e que, já tinham os seus títulos definitivos, que sejam poupados da cobrança de uma taxa exorbitante quanto a novas medições.

Esse fato se dá em Santa Helena, especificamente na área rural de Ponte Queimada, linha Santa Cruz, Correia Porto, onde vários lavradores se dirigiram a este Parlamentar, em carta, exibindo inclusive, fotocópias de seus títulos de propriedade devidamente registrados, e que dada à situação da área conter posseiros ao redor, o INCRA resolveu desapropriar toda a região, toda a gleba, e agora está novamente cobrando daqueles agricultores que já eram proprietários, novas medições e as despesas de escrituração definitiva.

Nós consideramos que o INCRA, órgão responsável pela reforma agrária, está amparado financeiramente no imposto que é recolhido em nome do próprio INCRA.

E esse imposto é, muitas vezes, recolhido duas ou três vezes na mesma área, tantos quantos títulos houverem na área, tantas vezes o INCRA recolhe imposto sobre a mesma área.

No entanto, ao conversarmos há dias atrás, com um dos funcionários do INCRA Regional, aqui em Curitiba, este nos estremeceu com a notícia de que a incompetência, a letargia do órgão se prendia à falta de base financeira para sua atuação.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, cobra-se imposto, são inúmeras glebas e bastante área, principalmente no Paraná onde o sistema fundiário grassa pela bi-titulação e superposição de títulos, o INCRA arrecada quase que duas vezes o mesmo imposto.

No entanto, admite-se falência financeira no órgão, queixam-se os funcionários desse órgão, aqui em Curitiba, que não têm suficientes advogados para poder atender o problema de terras. Quer me parecer, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que tudo isso se prende à má vontade do Governo em processar a reforma agrária, colocando no Ministério da Agricultura os homens que representam os inimigos ideológicos número um da reforma agrária. E uma das formas de impedir que a reforma agrária aconteça foi ensaiado, pelo Governo da Revolução, desde 1.964, quando, primeiro se criou o IBRA, depois o INDA, juntando-se os dois fizeram um só órgão, o INCRA. E são reformas, medidas, decretos-leis, emendas constitucionais, e a reforma agrária não acontece.

Não acontece e não pode acontecer, pois os próprios Ministros da Agricultura, Alisson Paulinelli, e depois o Sr. Delfin Netto, já declararam na imprensa, que seriam contrários à reforma agrária.

Ora, sendo o INCRA subordinado a esse Ministério, é evidente que se fará tudo para amarrar, para se impedir que esse órgão funcione realmente, no sentido de reforma agrária. E quando funciona cria mais confusões ainda, como é o caso desses pobres lavradores que já tinham seu título definitivo e que terão que pagar nova medição.

Muito obrigado, Sr. Presidente.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (**Tércio Albuquerque**) — Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado José Domingos, inscrito.

O SR. JOSÉ DOMINGOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Durante a sessão de ontem, no Pequeno Expediente, fez uso da palavra o Sr. Deputado Fiori Luiz, abordando uma série de irregularidades que se verificam. E nós aqui, queremos fazer eco àquele pronunciamento apresentando na sessão de hoje, um requerimento, cujo teor diz o seguinte: (**Lê**):



"Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja enviado ofício ao Senhor Delegado Regional do Ministério do Trabalho, General Adalberto Massa, pedindo que atue, com rigor e de forma enérgica, para salvaguardar a dignidade e a própria honra dos trabalhadores da Empresa Phillip Morris do Brasil, localizada na Cidade Industrial de Curitiba, que estão sendo forçados a tirarem suas roupas por ocasião do encerramento do expediente diário, e se submeterem à revista pessoal, numa situação humilhante que fere os mais elementares Princípios dos Direitos Humanos.

Requer, outrossim, seja este fato levado ao conhecimento do Ministério do Trabalho, em Brasília.

Sala das Sessões, em 27 de setembro de 1.979.

(a) JOSÉ DOMINGOS.

#### JUSTIFICATIVA:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A imprensa de hoje noticia um fato que nos revolta: a poderosa multinacional Phillip Morris, localizada na Cidade Industrial de Curitiba, está exigindo que seus empregados passem por uma rigorosa revista pessoal, quando são forçados até mesmo a tirarem suas roupas, a se despirem para comprovar que nada estão levando da empresa. Alguns desses empregados, inclusive, foram suspensos por terem se negado a acatar esta absurda ordem patronal, fato este que já chegou ao conhecimento do senhor Delegado Regional do Ministério do Trabalho.

É humilhante a situação imposta por esta poderoso empresa aos seus empregados, numa atitude plena de barbaridades, de humilhação que lembra, até mesmo, os tempos da escravidão.

Uma atitude que fere os mais elementares Princípios dos Direitos Humanos.

O jornal "Diário do Paraná", escrevendo a respeito do assunto, diz o seguinte: "A empresa costuma fazer revistas nos seus trabalhadores e na semana passada os encarregados desta tarefa, não satisfeitos, queriam que eles tirassem as calças, desnudar-se para inspeção completa.

Ante o protesto de 21 operários, houve a advertência de que todos seriam suspensos e na reincidência sofreriam penas mais exacerbadadas, caso se obstinassem em impedir a revista.

Esses trabalhadores foram pedir garantias junto à Delegacia Regional do Trabalho, mas, certamente, esta atitude lhe acarretará represálias por parte da empresa.

Diante deste fato, é que se torna necessária a intervenção desse órgão do Ministério do Trabalho, primeiro, para fazer cessar a humilhante, a absurda, a intragável, a intolerável, hostil e vexatória medida e, segundo, para assegurar a integridade dos trabalhadores, com o cancelamento das punições."

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Concedo a palavra, ao Sr. Deputado Gabriel Manoel. (Ausente).

Concedo a palavra, ao Sr. Deputado Jurandir Messias. (Ausente).

No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Deni Schwartz.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Em 27 de junho do corrente, a Bancada do MDB, com assento nesta Casa, entregou ao Diretório Nacional do Partido, um documento contendo propostas para a reformulação do nosso programa partidário. (Lê):

"A lembrança vem a propósito quando ocorre a abertura dos debates da 34a. Assembléia Geral das Nações Unidas, com a fala do nosso Chanceler Saraiva Guerreiro e que necessariamente expressou o pensamento do Governo Figueiredo sobre a política externa.

Para nós do MDB é gratificante ver inserido naquele pronunciamento, alguns conceitos contidos na proposta citada, senão vejamos:

— Afirma o nosso documento no que diz respeito à polí-

tica externa:

"Auto-determinação com a política voltada ao Terceiro Mundo em relações de igualdade especialmente com a América Latina. O comércio exterior baseado preferencialmente em relações de troca com o Hemisfério Sul. Negação sistemática das políticas hegemônicas do mundo e dominação, praticadas pelas grandes potências, inclusive denúncias de acordos como a Comissão Trilateral, e as partes continentais com a denominação e divisão do mundo."

Disse o Sr. Saraiva Guerreiro na abertura da 34a. Assembléia Geral das Nações Unidas:

"Para o Governo brasileiro é motivo de satisfação que as relações com os nossos vizinhos imediatos, as nações irmãs da América Latina, estejam cada vez mais permeadas por tendências positivas, e sopram ventos de mudanças na América Latina.

Os Países da região estão conscientes da necessidade de dar novas dimensões a seus laços históricos através da intensificação de suas consultas políticas, do estabelecimento de novos e dinâmicos laços culturais e do aumento substancial de suas relações econômicas e comerciais."

Disse mais ainda, o nosso Chanceler:

"Devem ser estabelecidas novas formas de cooperação comercial entre os países em desenvolvimento. Devem aumentar, em bases mútuas, os fluxos econômicos e financeiros diretos entre os países em desenvolvimento, a fim de que não se introduzam, em caráter duradouro, situações de agudo desequilíbrio do Terceiro Mundo".

Senhores Deputados, a semelhança do ponto de vista da Bancada do MDB com assento nesta Casa, e o pensamento do Chanceler Saraiva Guerreiro, continua em outras partes.

Diz o nosso documento:

"O sistema de desenvolvimento auto-centrado exige, no plano externo, que o País não pretenda nem dispute hegemônias e sim, estabeleça prioridades das relações internacionais, em relações de igualdade e reciprocidade com nações que enfrentam o problema da dependência e lutam pela sua liberdade e progresso. Essa identificação fundamental com os países do Terceiro Mundo, aponta prioridades das relações externas e a frente comum que deve ser desenvolvida nas relações Norte-Sul".

Feliz foi o Chanceler quando no seu discurso afirmou o seguinte:

"A economia mundial prepara-se para ingressar na década de 80 em condições marcadas de incertezas generalizadas.

Depois de vinte anos de intensas negociações para reformulação das relações entre o norte industrializado e o sul em desenvolvimento, os resultados não foram além do reconhecimento teórico das situações de desequilíbrio e da necessidade de revê-las".

Senhor Presidente, Senhores Deputados, o que o Senhor Saraiva Guerreiro afirma, nada mais é do que o que temos afirmado durante os últimos anos. Como bem noticiou o jornal "O Estado de São Paulo", condensando o pensamento do Sr. Saraiva Guerreiro, colocou a seguinte manchete: "As relações norte-sul continuam apenas em teoria".

Tais pontos, em comum com o nosso programa, nos autorizam neste momento, homens de oposição que somos, a voltar a debater o problema, além de demonstrar - e é importante que se diga isso - que a Assembléia Legislativa quer seja do Estado do Acre, quer seja do Paraná, quer seja de Alagoas, é o foro ideal, é o foro legal para se discutir questões internacionais, sob a pena de transformar a Assembléia Legislativa de qualquer Estado, em mera Câmara de Vereadores, como comumente tem ocorrido nesta Casa. Não que as Câmaras de Vereadores não mereçam o respeito, mas pela própria estrutura e organização que às mesmas é destinado um outro papel que não deve ser assumido por uma Casa de homens que devem ser



conscientes e que devem estar à altura de representar um Estado e não apenas um município.

Com essas coincidências achamos que podemos e estamos autorizados a continuar a discussão dos temas de política internacional, também na Assembléia Legislativa.

Srs. Deputados, após a Segunda Grande Guerra, após os momentos que viveu a humanidade da guerra fria, após as disputas do Leste com o Oeste, hoje acomodadas numa conveniente divisão de áreas de influências das grandes potências, vivemos hoje os dias de definição no relacionamento Norte-Sul, ou seja, entre os países ricos do Hemisfério Norte e os países pobres do Hemisfério Sul.

Se quando das disputas Leste-Oeste, especialmente a América Latina não contou, não apareceu, não existiu, pois para os países da América Latina apenas se implantou uma bem urdida política chamada de segurança nacional, com a desestabilização de governos populares e apoio as mais atrozes ditaduras militares, tendo como consequência, é lógico, a exploração da indústria do anti-comunismo, hoje até mesmo o nosso Continente passou a ter a sua importância, ainda que diminuta como bem demonstra o discurso do Sr. Cyrus Vance, Secretário de Estado dos Estados Unidos, na abertura da 34a. Assembléia Geral da ONU, quando omitiu totalmente o nosso Continente.

A importância do Terceiro Mundo no novo relacionamento de forças está bem demonstrada pela chamada política trilateralista, que define os novos interesses dos Estados Unidos, da Europa Ocidental e do Japão em relação aos países subdesenvolvidos. Já não mais interessa àquelas potências, as ditaduras militares altamente anti-populares e desgastantes para os seus antigos protetores. Há necessidade de se devolver os governos aos civis, mais sensíveis às pressões populares. Os sintomas de tal política se notam claramente na política de Direitos Humanos, a pseudo política de Direitos Humanos do Presidente Jimmy Carter, nas diversas exigências, nota-se também nas diversas exigências dos Estados Unidos e que levaram Países sob ditaduras militares como o Brasil, o Chile e a Argentina, entre outros, a abrirem mão da tradicional ajuda militar norte-americana e tantos outros fatos que comprovam a existência da política trilateralista.

Ontem, a desestabilização de governos populares como o do Brasil, do Chile e outros; hoje, novamente a interferência, agora não mais para estabelecer um escudo anti-comunista, consubstanciado na política de segurança nacional, e sim para montar um novo tipo de dominação econômica adaptada para os novos tempos.

Para acalmar o povo exaurido, exigem as potências algumas reformas, não como um ato humanitário e de justiça, mas para se prevenir novas convulsões tipo Cuba, ou mais recentemente, tipo Nicarágua. Para os subdesenvolvidos as migalhas e porque não até algumas indústrias, especialmente e naturalmente as mais poluentes, rechaçadas pelos povos mais desenvolvidos. Chega-se mesmo a propor alguma dose de liberdade, sem ter em conta, maliciosamente, que liberdade não é possível sem total independência.

Começam aí, Srs. Deputados, nossas divergências, como afirma um documento da Assembléia Permanente dos Direitos Humanos da Bolívia, a Doutrina dos Direitos Humanos é permanente, não é algo conjuntural ou transitório, não podemos confundir direitos humanos, como um meio para obter dividendos econômicos e políticos, como faz o Sr. Jimmy Carter nesse momento, em relação aos povos do Terceiro Mundo. A oportunidade para promoção tanto dos direitos civis como econômicos, políticos, sociais e culturais, não devem ser desperdiçados.

Deve servir para um movimento mais amplo de conscientização social e política, não só para pequenos grupos privilegiados, mas para todo o povo.

A luta pelos direitos humanos na América Latina surge com Carter e tão pouco se inspira nos mesmos motivos, não a limitando exclusivamente à defesa dos direitos humanos e civis e nem se organizando por conveniências circunstanciais, sempre deverá existir porque haverá violações contra a Justiça. A defesa dos direitos humanos, não se deve identificar com a luta contra o militarismo, como tão pouco se deve identificar a vigência plena dos mesmos com o civilismo ou com o parlamentarismo demo-liberal.

O ideal, Srs. Deputados, é uma democracia real, onde desde o mais pobre até o mais poderoso, têm os mesmos direitos e gozem das mesmas garantias.

Consoante com essas idéias, é que a Bancada do MDB, autorizada inclusive, agora, pelo discurso do Sr. Chanceler Saraiva Guerreiro na ONU, é que a Bancada do MDB com assento nesta Assembléia resolveu, na última semana, através de sete Srs. Deputados, fazer uma visita de solidariedade a um democrata paraguaio, ex-Deputado Domingos Laino, que, vítima da repressão daquele País, foi preso por motivos políticos.

Oficialmente, sua prisão foi justificada sob a alegação de que o Sr. Laino teria em declarações feitas no Brasil, ofendido os Presidentes João Figueiredo e Alfredo Stroessner.

Como vemos, Srs. Deputados, a acusação oficial do Governo paraguaio é falsa. Na verdade, o que está ocorrendo é bem mais grave, e merece de nossa parte, brasileiros e paranaenses, em especial, representantes do povo paranaense, em muito mais especial, porque lá estão trezentos mil brasileiros, dos quais cerca de duzentos mil são paranaenses, os fatos são bem mais graves, e deveriam merecer mais atenção das autoridades e políticos desta Pátria, que no seu comodismo, na sua briga pela luta por siglas partidárias, esquecem realmente, dos verdadeiros motivos que leva um democrata à cadeia, seja aqui no Brasil, seja no Paraguai, seja em Uganda.

Tais declarações oficiais, constam dos jornais que possuo em mãos, como também constam das afirmações feitas pelo sub-Secretário do ministério do Interior Paraguai, aos Deputados que estiveram em Assunção.

Da parte brasileira, o próprio Itamarati já desmentiu tal argumento, conforme se lê no "Jornal do Comércio", do Rio de Janeiro, de 21 de setembro de 1979.

Através do porta-voz do Itamarati, Sr. Bernardo Pericás, consta do jornal o seguinte:

"A declaração, considerada injuriosa pelo Governo daquele País, ao Presidente Figueiredo, não foi feita em território brasileiro, quando então caberia ao nosso Ministério da Justiça, tomar as medidas que julgasse cabíveis.

Não fosse pela irracionalidade de um governo ditatorial, para o qual o paradigma de estadista está encarnado em Somoza, seu hóspede de honra, pelo menos daqueles que aqui nesta Casa ainda se utilizam da ultrapassada indústria do anti-comunismo, nós pedimos que respeitem os trezentos mil brasileiros que foram banidos pela pobreza do nosso País e que se constituem num virtual foco de tensões internacionais.

Na verdade, Srs. Deputados, as divergências de opiniões aumentam e é o próprio Chanceler Saraiva Guerreiro que o admite em seu discurso já citado. Rompemos com a Nicarágua de Somoza e este se homisia na casa do nosso maior sócio internacional. O Sr. Saraiva Guerreiro prega contra "apartheid" da África do Sul, e o nosso vizinho, maior sócio internacional do Brasil, recebe com honras, o General Magnus André Malan, comandante da Força de Defesa da África do Sul e o condecora com a Ordem do Mérito Militar. Naturalmente são assuntos internos do Paraguai, mas que demonstram as diferenças existentes. E gostaria de saber se afirmações deste quilate, tem o condão de por qualquer cidadão na cadeia, como aconteceu com o ex-Parlamentar, Domingos Laino.

**O Sr. Gernote Kirinus** — Vossa Excelência permite um aparte?

**(Assentimento)** - Nobre Deputado Deni Schwartz, como colega que o acompanhou nessa viagem até Assunção, em que preta-mos solidariedade a Domingos Laino gostaria de acrescentar ao seu discurso, o seguinte raciocínio: O Ditador Stroessner, do Paraguai, está realmente tentando desafiar a opinião pública internacional. Primeiro recebendo aquela figura estroncha, que sensibilizou o mundo todo, na ocasião da morte daquele jornalista americano, pela Guarda Nacional de Somoza; e agora, prendendo um líder opositor seu, por uma simples declaração, que ele aliás não fez. Uma declaração que foi inventada pela máquina da mentira que acompanha todas as ditaduras, assim como também acompanhou a nossa ditadura brasileira.

Um pretexto sem fundamento algum. E embora que tivesse dito, embora que tivesse concluído do incidente em Foz do Iguaçu, que o General Figueiredo não quisesse receber Stroessner, não seria esse o motivo para a prisão. Não seria esse motivo para que ele fosse confinado, fosse preso, sem direito à defesa. Pese que, no Paraguai existe, durante 25 anos, o estado de sítio permanente. Em que o próprio respirar dos seus opositores é controlado, é punido, segundo o apetite político de um só cacique, o Chefe Ditador, General Stroessner.

Mas, acredito também, que por outro lado, a prisão de Laino, demonstra a fraqueza no próprio Stroessner. Porque para Stroessner, Itaipu, Brasil, significa muito. E, arriscou-se a pensar que houvesse o possível congelamento nas relações que, digamos de passagem, são vergonhosas. As relações diplomáticas do Brasil com o Paraguai são vergonhosas porque dá sustento a uma ditadura das mais veementes da América do Sul e que graças ao apoio que tem recebido do Brasil, sempre passou despercebido na opinião internacional, mas qualquer dúvida que se possa emitir no sentido de que se esteja congelando as relações entre o Brasil e o Paraguai, para Stroessner significa sinal de termo, sinal de alerta, porque ele não está seguro de seu poder.

Porisso, acredito que a prisão de Domingos Laino, a receber Somoza, ele está não só desafiando a opinião pública internacional, como está demonstrando uma debilidade política, debilidade na condução política de seu País, que já vem arrastado em 25 anos de miséria e subdesenvolvimento sob o peso de sua ditadura. Seria isso que gostaria de ter acrescentado. Obrigado.

O SR. DENI SCHWARTZ — Agradeço o aparte do Deputado Kirinus, que, vivendo exatamente na divisa Brasil-Paraguai, conhece exatamente melhor do que ninguém a situação que vive aquele povo. Concedo aparte ao nobre Deputado Nilton Friedrich.

O Sr. Nilton Friedrich — Agradeço o aparte, ilustre Deputado, para evidenciar algumas dúvidas ou até incoerências. Enquanto o Ministro das Relações Exteriores, na ONU, faz as colocações tão bem destacadas por Vossa Excelência, nós também sabemos que a grande fonte inspiradora da atual realidade brasileira, chama-se Doutrina da Segurança Nacional, cuja teoria é a geopolítica, sendo que, formalizada, ela se torna através da chamada Lei de Segurança Nacional.

E o grande geopolítico do País, chama-se Golbery de Couto e Silva, grande geopolítico, em todo o continente sulamericano, como também o seu outro colega Augusto Pinochet, atual Presidente do Chile.

Pois bem, os principais objetivos da geopolítica destaca-da por Golbery de Couto e Silva, no seu tradicional livro, os três principais objetivos são, a de ocupação dos imensos espaços vazios existentes no território nacional; segundo, e aí a dúvida e a incoerência: a expansão do Brasil na América Latina, rumo ao pacífico e rumo ao cone Sul, a Argentina; e o terceiro grande objetivo, transformar este País numa grande potência.

Mas, no instante em que, na teoria da geopolítica esses objetivos são definidos, o nosso Ministro vai à ONU e faz a colocação que Vossa Excelência evidenciou e não entra em deta-

lhes.

Mas, neste aspecto todo, cabe a nós, do MDB e a todos os democratas deste País, a todos aqueles que lutam em defesa dos direitos humanos, dos postulados democráticos, das garantias individuais, dos valores da cidadania, fazer como se fez há poucos dias, ir com todos os riscos, a Assunção, e levar a nossa solidariedade humana, que também é a solidariedade e a causa de Domingos Laino, porque democracia, direitos humanos e garantias individuais, não há fronteira.

A física da geografia não pode impedir que os direitos maiores que devem postular toda a humanidade sejam obstáculos, tais definições físicas da geografia, para impedir que se faça como o MDB do Paraná fez, através de sete Deputados, representando a sua bancada.

Porisso, Deputado, a satisfação em ver, neste dia, que se registrará nos anais desta Casa, a manifestação também de protesto de nossa parte, para que tenhamos uma atitude mais firme do nosso Governo, como desta Assembléia Legislativa que compõe este Governo, do próprio Brasil, em nome destes postulados internacionais, princípios inalienáveis da pessoa humana, que este Governo tome uma posição mais séria, não em defesa de um político, mas em defesa do princípio maior.

E possamos nós, uma vez clareado pelo Itamaraty o que efetivamente ocasionou a prisão de Laino, já que se diz que houve uma injúria entre o Governo do Brasil e o Governo do Paraguai, para que então, nós possamos sentada a poeira, saber efetivamente se o regime é de abertura, rumo à democracia, ou também de apoio a aquilo que ainda resta na América Latina e no Terceiro Mundo, o que significa o rompimento das relações com a Nicarágua, também deverá significar um melhor porte, um melhor comportamento, no relacionamento que temos com o Paraguai. Porque, Domingos Laino - é preciso que se diga aqui, porque nós, inclusive, fomos atacados por alguns setores que aqui permaneceram, inclusive o setor da imprensa, de que estaríamos nos imiscuindo e buscando, no Paraguai, realizar trabalhos quando tínhamos tantos aqui para fazer.

Mas, lá está, até hoje, um Domingos Laino preso por ser democrata, por defender as minorias marginalizadas, por defender, enfim, esses grandes princípios universais. E acima de tudo, Domingos Laino, no Paraguai, tem sido também um defensor, apontando as injustiças que são cometidas com os pequenos agricultores brasileiros.

É claro, ilustre Deputado, que os grandes latifundiários brasileiros que estão lá, através de mecanismos imobiliários, explorando colonizadoras, não terão o apoio de Laino. Mas, ao pequeno agricultor que está lá, onze por cento da população paraguaia, hoje, é formada por brasileiros, e, portanto, a esses cabe também o nosso apoio a Laino, porque ele é instrumento de defesa dos pequenos agricultores que lá estão.

Por isso, o apoio ao pronunciamento de Vossa Excelência e a certeza de que precisamos romper determinadas colocações de que esses assuntos não são passíveis de serem tocados aqui, nesta Assembléia Legislativa.

Esta Casa é do povo. E este povo do Paraná tem um pouco dele no vizinho País paraguaio. E lá, no Paraguai existe um regime que precisa urgentes modificações. E o mundo inteiro deve se unir na luta pelos direitos humanos e pelos princípios dos postulados democráticos que são universais.

Muito obrigado.

O SR. DENI SCHWARTZ — Ao responder o aparte de Vossa Excelência, o faria lendo o que escrevi a respeito.

Há que se passar da retórica para a ação. Não podemos admitir que se pretenda que os Direitos Humanos sejam limitados por fronteiras, pois deverão ser respeitados, quer sejam no Afagnistão, na Hungria, na República Dominicana, no Paraguai.

Gostaria, agora, de colocar dois outros fatos importantís-

simos que estão ocorrendo no Paraguai e que trarão graves consequências até à política apregoada pelo Sr. Saraiva Guerreiro: no Paraguai, a ação do trilateralismo se faz presente, como bem o comprovam as posições do Embaixador Ruben White, dos Estados Unidos, com relação ao governo Stroessner.

Essas posições estão claras e evidenciadas na revista "Veja", da última semana, onde ele declara, nas entrelinhas, que o governo do General Stroessner será desestabilizado, como desestabilizado foram outros governos, agora que as ditaduras militares já totalmente desmoralizadas no continente, estão a achar fórmulas, algumas ditas "aberturas" para se manterem no poder.

Há que se desestabilizar também a ditadura militar do Sr. Stroessner, para lá colocar algum civil que seja mais passível de pressões populares.

Aí está o perigo. Porque, de nada adiantará trocar uma ditadura local por uma ditadura internacional, ditadura essa vinda dos países ricos.

Aí está o grande ponto de divergência entre o nosso programa e as palavras do Sr. Saraiva Guerreiro. Meras palavras, por enquanto. Mas, talvez, tenhamos uma fresta de luz no editorial do jornal "O Estado de São Paulo", de hoje e que viria responder à indagação do Deputado Nelson Friedrich, quando se propala que o Ministro Golbery, o maquiavel de um país subdesenvolvido chamado Brasil, está para ser derrubado. Que Deus assim o queira, e que o Presidente João Baptista Figueiredo tenha coragem, e se Deus quiser, tenha força para derrubar o "maquiavel" do subdesenvolvido País chamado Brasil.

Mas as implicações internacionais daquele miserável País onde vivem 300.000 brasileiros que, parece, não serem merecedores da atenção do seu povo, vão mais além:

Há no Paraguai, e tenho aqui, apenas, jornais do dia em que lá estivemos, há, no Paraguai, um nítido sentimento antibrasileiro, e, no momento em que o Brasil e no momento em que a ditadura que o Brasil sustenta no Paraguai, cair, e, no momento em que entre naquele Poder, talvez, um paraguaio nacionalista autêntico, 300.000 brasileiros terão que explicar como entraram na terra, porque nós sabemos, os pequenos, não, mas os grandes, entraram através do suborno, porque, como bem disse o Embaixador Robert White, aquele é um país onde a corrupção campeia; aliás, fato que não é exceção na América Latina!

Vejam, Srs. Deputados, o que diz apenas um jornal, "PUEBLO", em relação ao Brasil, um pequeno jornal, onde, para falar sobre o tráfico, para falar sobre o contrabando de carne do Paraguai para o Brasil, ele cita lembranças de Pedro III! Está arraigado naquele povo, o massacre que o Brasil, a Argentina e o Uruguai fizeram sobre o Paraguai, em 1.870.

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**) — Nobre Deputado, o tempo do Grande Expediente, de Vossa Excelência, está esgotado, entretanto, a Liderança do Partido de Vossa Excelência cedeu o horário para que Vossa Excelência continue na tribuna; nestas condições, Vossa Excelência tem mais quinze minutos para o seu pronunciamento na tribuna.

O SR. DENI SCHWARTZ — Agradeço a Liderança do meu Partido e continuo:

Neste mesmo jornal, Srs. Deputados, sobre a definição do número de turbinas de Itaipu, o que dizem os jornais do Paraguai, os patriotas paraguaios: "que, o seu País, num simples e puramente, não foi consultado". E diz o seguinte: "do exposto, está a indicar que, Brasil, mediante acordo com a Argentina, decidiu assuntos que competem ao nosso País, considerando-nos como sócio menor, sem a menor importância".

Neste mesmo jornal, jornal de um dia, em Assunção, há outra matéria dizendo do imperialismo que o Brasil está exercendo naquele País, com respeito à interconexão ferroviária com o Brasil.

Mas, peguemos outros jornais. Em todos os jornais exis-

tem artigos do mais puro nacionalismo, porque, na verdade, nós exercemos o imperialismo mais brutal em cima daquele País.

Através de todo este caso Laino vamos novamente achar, e o que é grave, vamos achar no jornal do próprio Governo, jornal oficial do Partido Colorado, que está no Governo, em seu editorial, o seguinte: a admissão tácita de que, o Sr. Domingos Laino não falou nada no Brasil, não falou nada no Paraguai mas, simples e puramente, foi citado pelo jornal "CLARIM" - e aí entra o terceiro país na guerra de Buenos Aires que teria sido, segundo o editorial do jornal do próprio Governo, o autor das denúncias e, através desse jornal é que teria o Governo paraguaio sabido das declarações não existentes, do Sr. Laino.

Srs. Deputados, neste verdadeiro complô internacional em que a vítima é o povo paraguaio, em que o Brasil age inconscientemente, em que os Estados Unidos aplicam sua trilateralista e onde Buenos Aires também põe o seu dedinho, existem democratas conscientes, existem homens que, independente de suas posições ideológicas se reuniram no chamado Acorde Nacional e estão tendo a coragem de enfrentar a ditadura, talvez, hoje, sem dúvida, a mais feroz da América Latina e uma das mais ferozes de todas as Américas, visto que ainda temos alguns di Amins por perto da América Latina.

O SR. **Fidelcino Tolentino** — Vossa Excelência concede um aparte? (**Assentimento**) — Deputado, realmente Vossa Excelência tem a peculiaridade de trazer à tribuna desta Assembléia, os mais relevantes assuntos de interesse da nacionalidade brasileira, e sobretudo, o interesse do homem em si, na sua dimensão transnacional e supra partidária, e até ideológicas, e neste caso especialmente, nobre Deputado, me faz o caso do amigo democrata paraguaio Domingos Laino que conosco conviveu alguns dias nos debates para encontrarmos caminhos para a democracia na América Latina aqui mesmo em Curitiba, este mesmo episódio que agora ocorre no Paraguai, me faz lembrar da época em que Pinochet pisou no Brasil e que um corajoso Deputado, chamado Francisco Pinto, teve a coragem de dizer dos problemas de violência e de violação dos direitos humanos naquele País.

Ora, problema de direitos humanos é um problema que não tem fronteiras, Deputado, e não pode, qualquer homem de bem, e de boa formação cultural, e de boa formação moral, humana e religiosa, de forma nenhuma pode se afastar do direito e do dever, na defesa dos direitos humanos e isto não é interferência em qualquer país deste ou de outro continente.

Não fora esse entendimento não haveria porque os Estados Unidos estar fazendo um relatório daqui ou acolá para levar para a Organização dos Estados Americanos ou para a ONU para ser denunciado que há violação de direitos humanos nesse ou naquele país.

Na verdade, o que existe em tudo isso, são maquinações de interesse econômico das grandes companhias transnacionais que operam no terceiro mundo e nós precisamos, principalmente nós da Oposição, que temos que nos exigir um comportamento coerente com a nossa filosofia, com a nossa ideologia, na busca de resultados efetivos, para que homens não se arvorem como donos de bandos de outros governados.

E não há porque, sobretudo Saraiva Guerreiro ou melhor, o Itamaraty, já se adiantou em dizer que não houve nenhuma ingerência e nenhuma crítica que desabonasse o Governo brasileiro. Porque então o Governo paraguaio está a inventar engodos para poder punir como está punindo e aí é que vai a nossa assertiva com relação aos direitos humanos - um homem que é um sindicalista, ruralista Constantino Coronel que está dois anos preso e amarrado, atado sem poder se locomover e quem é que está fazendo a defesa de uma pessoa humana, sofrendo constrangimento à violência, de um regime de força, militarista, como já ocorreu no Brasil, e aqui vozes outras se levantaram como de outros Estados irmãos da América Latina se

levantou, como foi o caso da Venezuela, em que o próprio Presidente da Venezuela esteve aqui no Brasil e teve uma influência muito grande na liberalização ou pelo menos, na iniciação da democracia.

Por essa razão, Deputado, é que louvo a atitude de Vossa Excelência, dessa tribuna, e digo mais, que a áspera política de alguns mandantes ou mandatários que surrupiaram o poder nas caladas das baionetas estão aí a fustigar um povo que tem vocação libertária deste ou daquele País da América Latina, a exemplo de quase todo o continente, e que nós poderíamos enumerar um ou dois talvez só, que vivem em estado de plena democracia, e só citaria a Venezuela e ainda com algumas restrições.

Por esta razão, Deputado, é que cumprimento Vossa Excelência e gostaria que o nosso partido se aprofundasse mais no temas de interesse humano, que ficariam acima de qualquer legenda partidária. E fico a perguntar: Por que já se levantaram vozes aqui dizendo que esta Assembléia não é foro legítimo para se debater assuntos de interesse internacional. E por que não? A não ser que nós sejamos todos uns mentecaptos, e limitados na esfera da dimensão da alta dimensão do saber humano, da cultura, da inteligência da pessoa. Porque a inteligência foi dada ao homem para a comunhão dos pensamentos e não foi limitado por Deus nenhum foro para que ele não possa fazer uso dessa sua inteligência.

Muito obrigado.

O SR. DENI SCHWARTZ -- Agradeço o aparte do Deputado

Fidelcino Tolentino, e fico satisfeito em saber que a obra de Dom Quixote acaba sempre sendo conhecida. Temos sido criticados de nos intrometer em assuntos que não seriam de nossa competência. Mas temos razões para ficar satisfeitos, quando vemos a ditadura Argentina tendo de ceder e libertando o jornalista Timerman, na data de ontem. Homem de imprensa e que por dois anos ficou no cárcere. Vemos que a pressão dos quixotes do Século XX ainda valem, quando até um homem que está a beira da morte, Hector Câmpora, ex-Presidente da Argentina só está conseguindo ser tirado daquele País para ter um tratamento adequado em sua saúde, graças a pressões de quixotes como nós outros.

Por isso, Srs. Deputados, me parece que o assunto transcende a siglas partidárias. O Brasil, como um todo está comprometido no caso do Sr. Domingos Laino e cabe, por uma questão de ética, por uma questão moral, ao Itamaraty, como bem disse o Deputado Fidelcino, cabe ao Itamaraty esclarecer oficialmente o que já se disse através dos jornais. É obrigação moral da nossa diplomacia até para comprovar o que o Sr. Chanceler Saraiva Guerreiro disse na ONU, é obrigação moral do Itamaraty esclarecer do governo paraguaio que o governo brasileiro não está ofendido e que aqui Domingos Laino não disse o que se lhe atribui.

Por isso, Srs. Deputados, nós nesta oportunidade, demonstrando e procurando demonstrar e não sabemos se fomos felizes, de que sabemos elogiar as coisas que estão corretas partidas do Governo. Estamos apresentando dois requerimentos: Um, que seja enviado ao Ministério do Exterior, ao Sr. Ministro Saraiva Guerreiro, um voto de aplauso pelas posições políticas adotadas durante a abertura da 34a. Assembléia Geral da ONU. Porque já o reacionarismo brasileiro está a criticar esse posicionamento, que obviamente não é só do Chanceler, é do próprio governo brasileiro, e que eu, com autoridade de homem da oposição, posso, neste momento, requerer um voto de aplauso pela posição por ele adotada.

E para que se limpe, para que se possibilite que pelo menos se tente fazer justiça ao homem que hoje está sendo injustificado, peço aos nobres Pares que também aprovem o requerimento no sentido de que esta Casa solicite ao Itamaraty, uma cópia das declarações que foram dadas à imprensa na qual o Sr. Bernardo Pericas, porta-voz do Itamaraty, esclarece não

terem sido verdadeiras as informações que foram dadas ao Paraguai.

Srs. Deputados, com este requerimento, nós acreditamos que poderíamos fornecer aos homens do Paraguai um documento mostrando que na verdade, o Sr. Domingos Laino está sendo injustificado.

Agradeço aos companheiros que me ouviram e repito, repito com o Chanceler Saraiva Guerreiro, o momento é muito grave, estamos entrando na década de 80, sem soluções práticas, apenas teoricismos, continua o eixo-norte dominando o hemisfério Sul.

E se nós, homens do hemisfério sul, não assumirmos as rédeas dos nossos destinos, continuaremos sob ditaduras.

Quer acobertadas por uma pseudo liberdade, quer acobertadas por pseudo nacionalismos, quer ainda, acobertadas por protecionismos que nós não desejamos.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Consulto à Liderança da ARENA se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado. (Declina)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 57 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 102/79 - de autoria do Deputado BASÍLIO ZANUSSO, que declara de utilidade pública, o "Lar Antônio Carvalho de Oliveira", com sede e foro na Cidade de São Jorge do Ivaí. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 106/79 - de autoria do Deputado AUGUSTO CARNEIRO, que declara de utilidade pública o "Serviço de Obras Sociais - S.O.S.", com sede na Cidade de Campo Mourão. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 107/79 - de autoria do Deputado RUBEN VALDUGA, que declara de utilidade pública o "Abrigo Santo Antônio de Pádua", com sede no Município de Sertaneja. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 113/79 - de autoria do Deputado ANTÔNIO FACCI, que declara de utilidade pública a "Associação Diocesana de Assistência Rural", com sede e foro na Cidade de Maringá. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 118/79 - de autoria do Deputado WERNER WANDERER, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Cruz Machado, lote de terreno que especifica, transcrito sob n.º 15.519, Fls. 193, Livro 3P, do Registro de Imóveis da Comarca de União da Vitória. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 38/78 - de autoria do Deputado DAVID FEDERMANN, que dá nova redação ao artigo 3.º e seus incisos I e II, da Lei n.º 4.556, de 13/3/62, já alterada pelo artigo 4.º, da Lei n.º 5.182, de 17/11/65 (que cria o Distrito Administrativo e Judiciário de Piquitos). Parecer

Favorável da C.C.J., por maioria.

PROJETO DE LEI Nº 38/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D E C R E T A:**

Art. 1.º — O art. 3.º e seus incisos I e II, da Lei nº 4556, de 13 de março de 1.962, com redação dada pelo art. 4.º da Lei nº 5182, de 17 de novembro de 1.965, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3.º — Fica criado no Município de Ponta Grossa, o Distrito Administrativo e Judiciário de PiriQUITOS, com sede onde se situa o antigo Posto Fiscal de PiriQUITOS, junto ao loteamento Jardim Santa EdwIRGES, e com as seguintes divisas:

**I — COM A SEDE:**

Inicia na confluência do Rio Tibagi com o Rio Taquari, subindo por este até a sua cabeceira, daí por linha reta e seca até a cabeceira do Arroio Chapada, descendo pelo mesmo até a formação do Arroio Grande e por este até a formação do Rio Congonhas, seguindo pelo mesmo até a sua foz no Rio Pitanguí, descendo pelo último até o Rio Tibagi, subindo por este até a foz do Arroio Barbados e por este até o Arroio Casa Branca, seguindo em linha seca e reta desde a cabeceira do Arroio Casa Branca até a foz do Arroio Taquarussu, no Arroio Campo da Bocaina, subindo o Taquarussu até a sua cabeceira, seguindo por linha seca e reta até a cabeceira do Rio das Conchas e por este até a sua foz, fechando o perímetro pelo Rio Tibagi.

**II — COM O DISTRITO DE UVAIA:**

Inicia na confluência do Rio das Conchas com o Rio Tibagi, subindo o primeiro até sua cabeceira, daí em linha seca e reta até a cabeceira do Arroio Taquarussu, descendo o mesmo até sua foz no Arroio Campo da Bocanha, daí em linha seca e reta até a cabeceira do Arroio Casa Branca, por este e pelo Arroio Barbados até o Rio Tibagi.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11 de abril de 1.978.

(a) DAVID FEDERMANN

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 38/78

**P A R E C E R:**

O Projeto de Lei nº 38/78, de autoria do nobre Deputado David Federmann, tem por objetivo dar nova redação ao Art. 3.º e seus incisos I e II, da Lei nº 4.556, de 13 de março de 1.962, que cria o Distrito Administrativo e Judiciário de PiriQUITOS, alterado pelo Art. 4.º, da Lei nº 5.182, de 17 de novembro de 1.965, como especifica.

O presente projeto de lei foi convertido em diligência junto aos Poderes Executivo e Legislativo de Ponta Grossa, a fim de que os mesmos opinassem sobre a alteração proposta, o que foi cumprido e respondido favoravelmente.

Assim, o projeto citado, está em condições de ter a sua tramitação normal.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua Aprovação.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 29 de agosto de 1.979.

(aa) Gilberto Carvalho, Presidente; Waldyr Pugliesi, Relator

Sobre o referido projeto de lei, há um requerimento de autoria do Sr. Deputado David Federmann, constante do expediente, solicitando adiamento de discussão e votação, por três sessões.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Para encaminhar a votação e ao mesmo tempo...

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa informa ao nobre Deputado que não existe encaminhamento de votação em requerimento que só depende de votação.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — (Questão de Ordem) Sr.

Presidente, levanto uma questão de ordem, por causa da relevância desta matéria.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa lamenta, mas não vê motivo ferido o Regimento Interno para a questão de ordem do nobre Deputado.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — (Questão de Ordem) Mas na questão de ordem, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Não existe questão de ordem, nobre Deputado.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — O Art. 97 do Regimento Interno não permite ao Deputado levantar uma questão de ordem, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE — Em requerimento que esteja em votação, não.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Mas não falo quanto ao requerimento; é quanto à matéria. Cujas matéria está pesando um requerimento que Vossa Excelência declina para a Assembléia.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) O artigo 98 que o Deputado invoca?

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — 97. Não lembro os termos: qualquer Deputado pode... não me lembro dos termos agora. Mas é só com referência à inconstitucionalidade do projeto, que é inconstitucional, porque é de economia interna do Tribunal de Justiça.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Não está sendo discutido o projeto, e sim, votado um requerimento de autoria do nobre Deputado David Federmann, pedindo a retirada por três sessões, do projeto.

Em votação o requerimento.

O SR. ERONDY SILVERIO — (Pela Ordem) Sr. Presidente, antes de Vossa Excelência colocar em votação o requerimento, requeiro, a Vossa Excelência a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE — Deferido o requerimento. Solicito ao Sr. 1.º Secretário, que proceda a chamada nominal. (É procedida a chamada nominal)

Responderam 33 Srs. Deputados presentes.

Em votação o requerimento subscrito pelo nobre Deputado David Federmann. Os Srs. Deputados que forem favoráveis, permaneçam como estão. — **Aprovado.**

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 94/79, de autoria do Deputado David Federmann, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Ponta Grossa, imóvel que especifica. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. —

PROJETO DE LEI Nº 94/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D E C R E T A:**

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Ponta Grossa, o imóvel de sua propriedade, constante de uma área de terras com 41 hectares e 3.712 m<sup>2</sup>, situado no Bairro de Uvaranas naquele município, com características discriminadas na Transcrição nº 24.144, fls. 78, do Livro 3-J, do 1.º Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Ponta Grossa.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25 de junho de 1.979.

(a) DAVID FEDERMANN

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 94/79

**P A R E C E R:**

O projeto de lei em pauta vem devidamente articulado e instruído, tendo, até aqui, tramitado normalmente por este Poder.

Tratando-se de mera autorização legislativa para que seja efetivada a doação descrita em seu Art. 1.º, não há óbice legal ou constitucional que lhe possa antepor.

Somos, portanto, pela sua Aprovação.

Sala das Comissões, em 08 de agosto de 1.979.

(aa) Gilberto Carvalho, Presidente; Nelton Friedrich, Relator

Sobre o referido projeto, há um requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando seja retirado da pauta de votação por dez sessões, o Projeto de Lei n.º 94/79. — Em votação.

O SR. NILSO SGUAREZI — (Pela Ordem) Sr. Presidente, a questão de ordem, acredito, seja pertinente porque todo requerimento que vai à Mesa, deve haver uma justificativa, e a pura e simples retirada da Ordem do Dia, não pelo autor do requerimento, parece-me que tem procedência, porque deve haver uma justificativa da retirada, uma vez que passou pela Comissão, foi aprovado por unanimidade e veio a Plenário.

Então, a não ser o autor do projeto, qualquer outro Deputado que peça a retirada, parece-me que deva justificar o requerimento.

O SR. PRESIDENTE — Continua em votação.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, eu também gostaria de falar pela ordem, para dizer que o nobre Líder do MDB está inovando. É um direito que assiste regimentalmente a qualquer dos Srs. Deputados pedir a retirada de qualquer matéria que não seja regime de urgência. É o que estou fazendo: usando uma prerrogativa regimental, sem que tenha que dar explicações de foro íntimo.

O SR. PRESIDENTE — Razão pela qual a Mesa coloca em votação o requerimento subscrito pelo nobre Deputado Erondy Silvério. Os Srs. Deputados que aprovam, permaneçam como estão. Aprovado.

O SR. NILSO SGUAREZI — (Pela ordem) Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa defere.

Os Srs. Deputados que rejeitam o requerimento, queiram levantar-se. (Pausa). Os Srs. Deputados que aprovam, queiram levantar-se. (Pausa).

10 Srs. Deputados aprovam; 3 Srs. Deputados rejeitam.

Não há quorum para votação, apenas para discussão da matéria.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Jurandir Messias, constante do expediente de sessão anterior, solicitando dispensa de publicação para diversos projetos de resolução. — **Prejudicado, face aprovação e publicação dos referidos projetos.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Delegado Regional do Trabalho, em forma de apelo, no sentido de acolher a justa reivindicação dos Carregadores e Ensacadores de Café e Arrumadores de Arapongas, a fim de serem liberadas as parcelas do FGTS. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valduga, constante do expediente, solicitando o envio de expedientes aos Srs. Governador do Estado e demais autoridades, no sentido de estudarem e reformularem a situação salarial dos servidores públicos estaduais. — Em discussão.

O SR. NILSO SGUAREZI — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 150, do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelton Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações à Rádio Guaçu de Toledo Ltda., pelo seu

24.º aniversário de fundação. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao DENTEL, encarecendo medidas objetivando melhoria do padrão de radiodifusão no Estado. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, em forma de apelo, no sentido de que determine às Secretarias de Segurança Pública e Justiça, que a ação desenvolvida pelas mesmas na região de Cascavel se estenda ao Sudoeste do Estado. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da TELEPAR, encarecendo a instalação de um Posto Telefônico em Ibiracema, Município de Catanduvas. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Delegado Regional do Trabalho, encarecendo providências para determinar o fim das chamadas "revistas em operários", prática usual em diversas empresas paranaenses, para com seus funcionários. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados David Chierigate, Augusto Carneiro e Nelton Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando prorrogação por sessenta dias, o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o Cooperativismo Paranaense. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Palácios, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, em forma de apelo, no sentido de que sejam construídas residências a atendimento de militares e policiais que se deslocam para diversas cidades. — Em discussão.

O SR. NILSO SGUAREZI — Para discutir.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Bufara, constante do expediente de sessão anterior, com o apoio de diversos Srs. Deputados, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da República, no sentido de que reveja a política de abastecimento, relativa à abertura de postos de gasolina nos finais de semana. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações ao Seminário São Vicente de Paulo, pela passagem de seus 25 anos de funcionamento. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Mansur, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expedientes a diversas autoridades, no sentido de que examinem, como é justo e conveniente, em anular os efeitos danosos da Portaria 700, do Ministério da Fazenda. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, consubstanciado em pedido de informações sobre a paralisação das obras da PR-481, que liga Ampére a Santo Antônio do Sudoeste. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Chierigate, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de louvor à Diretoria e Associados do Clube dos Diretores Lojistas pela realização da "Semana do Freguês", em Cascavel.



**Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de aplausos, pela passagem do 40.<sup>o</sup> aniversário de Sacerdício de Dom Geraldo Pelanda. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo medidas para a duplicação da Rodovia do Xisto. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Chierigate, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo a retificação de traçado no trecho que liga o Distrito de Três Barras, Município de Catanduvas, a sede do Município de Quedas do Iguaçu. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Chierigate, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, visando a construção de uma ponte sobre o Rio Guarani. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente, solicitando voto de aplausos ao Sr. Luiz Gonzaga Oliveira, pelo trabalho que o mesmo vem desenvolvendo em prol do cultivo da mamona na região de Campo Mourão. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Chierigate, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Cultura e Esportes, encarecendo a construção de uma Cancha de Esportes para o Distrito de Ibeama, Município de Catanduvas. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Chierigate, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo a construção de uma ponte sobre o Rio Tormenta. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, visando a instalação de um Posto de Correio no Distrito de Santa Cruz, Município de Catanduvas. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Coordenadoria Regional do INCRA, no sentido de que seja considerada a situação dos proprietários de áreas de terras que

possuem escrituração quitada. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Diretor Regional dos Correios e Telégrafos, visando a criação de uma agência em Ibiracema, Município de Catanduvas. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente da COPEL, reiterando pedido para a implantação de energia elétrica na localidade de Ibiracema, Município de Catanduvas. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos, lido da tribuna, solicitando o envio de expediente ao Sr. Delegado Regional do Trabalho, no sentido de que atue com energia e rigor para salvaguardar a dignidade e a própria honra dos trabalhadores da Empresa Philip Morris do Brasil. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, constante do expediente, solicitando voto de aplausos às posições defendidas pelo Chanceler Saraiva Guerreiro, durante a abertura da 34.<sup>a</sup> Assembléia Geral da ONU. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. deputado Deni Schwartz, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro do Exterior, Sr. Saraiva Guerreiro, encarecendo cópia da declaração feita sobre o caso Domingo Laino, do Paraguai. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente, solicitando sejam encaminhados expedientes aos Srs. Governador do Estado e Secretário do Planejamento, sugerindo seja consignado no Orçamento Geral do Estado, dotação específica que possibilite isentar as entidades assistenciais do Estado do pagamento das taxas de água e energia elétrica. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Chierigate, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário de Cultura e Esportes, visando a construção de uma Cancha de Esportes para o Distrito de Três Barras, Município de Catanduvas. — **Encerrada a discussão.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 28, sexta-feira, à hora regimental, com a Ordem do Dia já anunciada anteriormente.

Levanta-se a sessão.